

**~~20) PROCESSO Nº 201411313-00~~**

~~Interessado(a): Sra. Maria da Glória de Aquino Coelho
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Ananindeua - IPMA
Assunto: Aposentadoria - PORTARIA Nº 070/2014, de 24.06.2014
Relatora: Auditora Márcia Costa (Redistribuído do gabinete do Conselheiro Cezar Colares)~~

~~21) PROCESSO Nº 201108050-00~~

~~Interessado(a): Sra. Jacira Santos de Oliveira
Origem: Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Curalinho - IPSMC
Assunto: Aposentadoria - PORTARIA Nº 013/2014, de 10.09.2014
Relatora: Auditora Márcia Costa (Redistribuído do gabinete do Conselheiro Cezar Colares)~~

~~22) PROCESSO Nº 201503287-00~~

~~Interessado(a): Sr. José Paulo de Lira Júnior
Origem: Câmara Municipal de São Miguel do Guamá
Assunto: Resolução nº 002/2015, de 09.02.2015, que dispõe sobre a Revisão Geral Anual dos subsídios dos Vereadores
Relatora: Conselheira Mara Lúcia~~

~~23) PROCESSO Nº 201205861-00~~

~~Interessado(a): Sr. José Ivo Cardoso
Origem: Instituto de Previdência do Município de Breves
Assunto: Diárias
Relator: Conselheiro Cezar Colares
Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 01/04/2015.~~

~~Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral~~

Protocolo 813489

ATO ADMINISTRATIVO**RESOLUÇÃO Nº 11.831/TCM
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA
RESOLUÇÃO Nº 11.536, DE 01 DE JULHO
DE 2014, QUE REGULAMENTA O
ACESSO AOS SISTEMAS
INFORMATIZADOS DE CONTROLE
EXTERNO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO
PARÁ, ASSINATURA ELETRÔNICA E DA
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas; e, CONSIDERANDO a necessidade de inclusão da legislação relativa ao Pregão e o Regime Diferenciado de Contratações; CONSIDERANDO a necessidade de adequação ao horário Oficial do País; CONSIDERANDO proposição do Conselheiro Daniel Lavareda, constante da Ata da Sessão do dia 03 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - O "caput" do Artigo 2º, da Resolução nº 11.536, de 01 de julho de 2014 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 2º. O acesso aos sistemas informatizados, para os fins desta Resolução, dar-se-á para tramitação de processos, comunicação de atos, bem como, a transmissão de documentos de que tratam as seguintes disposições normativas: Constituição Federal de 1988, Lei Federal nº 4.320/1964; Lei Federal nº 8.666/1993, Lei Complementar nº 101/2000, Lei Federal nº 10.520/2002 e Lei Federal nº 12.462/2011 e respectivos normativos municipais."

Art. 2º - O Artigo 4º, §1º, da Resolução nº 11.536, de 01 de julho de 2014 passa a ter a seguinte redação:

"§1º. Será considerado, para todos os efeitos, o horário Oficial de Brasília, ressalvado o Horário Brasileiro de Verão."

Art. 3º - O Artigo 17, Parágrafo Único da Resolução nº 11.536, de 01 de julho de 2014 passa a ter a seguinte redação:

Parágrafo Único. Quando o ato processual tiver que ser praticado em determinado prazo, por meio eletrônico, será considerado tempestivo aquele efetivado até às 24 horas do último dia.

Art. 4º - Esta Resolução entrará em vigor, na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

**RESOLUÇÃO Nº 11.832/TCM
DE 03 DE FEVEREIRO DE 2015**

**ALTERA DISPOSITIVOS DA
RESOLUÇÃO Nº 11.535, DE 01 DE JULHO
DE 2014, QUE DISPÕE SOBRE A
CRIAÇÃO DO PORTAL DOS
JURISDICIONADOS, TENDO COMO
ETAPA INICIAL A IMPLEMENTAÇÃO DO
MURAL DE LICITAÇÕES COMO MEIO
OBRIGATÓRIO DE APRESENTAÇÃO AO
TCM/PA EM TEMPO REAL POR MEIO
ELETRÔNICO, DAS LICITAÇÕES E
CONTRATOS, CONVÊNIOS E
SUBVENÇÕES, OBRAS PÚBLICAS E
FOLHAS DE PAGAMENTO, COMO
PARTE INTEGRANTE DA PRESTAÇÃO
DE CONTAS E DAS OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições constitucionais e legais que lhe são conferidas; e, CONSIDERANDO a necessidade de adequar a realidade dos municípios e do próprio TCM, bem como tornar o envio ao TCM mais prático, coerente e ágil;

CONSIDERANDO proposição do Conselheiro Daniel Lavareda, constante da Ata da Sessão do dia 03 de fevereiro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º - O "caput" do Artigo 6º, da Resolução nº 11.535, de 01 de julho de 2014 passa a ter a seguinte redação:

"Art. 6º. A apresentação eletrônica dos procedimentos de licitações, dispensas e inexigibilidades, bem como dos contratos e termos aditivos decorrentes, deverão ser encaminhados no Mural, atendendo aos seguintes prazos: